

SUMÁRIO

Apresentação à segunda edição, XI
Apresentação à primeira edição, XVII
Prefácio à segunda edição, XXIII
Prefácio à primeira edição e agradecimentos, XXVII

INTRODUÇÃO, 1

1. A SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO, 21

- 1.1. Constitucionalismo e direito natural em Locke, 21
- 1.2. A crítica republicana, 27
- 1.3. Poder constituinte e contrato social, 31
- 1.4. Política constitucional e política cotidiana, 35
- 1.5. Soberania popular e poder constituinte, 37
- 1.6. Dualismo constitucional, 40
- 1.7. As facções, 44
- 1.8. Conclusão, 54

2. INSTITUCIONALIZANDO A REVOLUÇÃO, 57

- 2.1. A inviabilidade da unanimidade e o surgimento das emendas, 58
- 2.2. Críticas de Jefferson, 66

3. OS RISCOS DA ESTREMA RIGIDEZ CONSTITUCIONAL: O CASO NORTE-AMERICANO, 69

- 3.1. A proteção constitucional da escravidão, 69
- 3.2. A criação do Estado de Bem-Estar Social, 79
- 3.3. Conclusão, 90

4. A FRAGILIDADE CONSTITUCIONAL DE WEIMAR E O SURGIMENTO DAS CLÁUSULAS CONSTITUCIONAIS INTANGÍVEIS, 93
 - 4.1. Introdução, 93
 - 4.2. Formalismo jurídico e a Constituição de Weimar, 98
 - 4.3. A crítica de Carl Schmitt, 102
 - 4.4. Romantismo jurídico, 106
 - 4.5. A situação política de Weimar, 108
 - 4.6. O caminho “constitucional” para o poder, 111
 - 4.7. A reação jusnaturalista, 120
 - 4.8. Conclusão, 129

5. A RIGIDEZ CONSTITUCIONAL NO BRASIL, 131
 - 5.1. Breve retrospectiva dos procedimentos de emenda e dos limites ao poder de reforma no Brasil, 134
 - 5.2. O processo constituinte, 147
 - 5.3. Pretensão normativa da Constituição de 1988, 154
 - 5.4. A superconstitucionalidade no texto de 1988, 159

6. JURISPRUDÊNCIA NORTE-AMERICANA, 169
 - 6.1. “National Prohibition Cases” – 253 US 350 (1919), 171
 - 6.2. “Lesser vs. Garnett” – 258 US 130 (1921), 174

7. JURISPRUDÊNCIA ALEMÃ, 179
 - 7.1. “Privacidade de Comunicação” – “BVerfGE 1” (1970), 180
 - 7.2. A “Reforma Agrária” – “BVerfGE 84” (1991), 185
 - 7.3. O “Tratado da União Europeia” – “BVerfGE 89” (1993), 191

8. JURISPRUDÊNCIA BRASILEIRA, 195
 - 8.1. IPMF – ADI 926/93 e ADI 939/93, 195

- 8.2. A defesa da Federação, 197
 - 8.3. Os direitos e as garantias individuais, 200
 - 8.4. Ação direta de constitucionalidade – ADC 1, 208
 - 8.5. A inconstitucionalidade da própria Constituição – ADI 815, 217
 - 8.6. Conclusão, 222

 - 9. DISCRICIONARIEDADE JUDICIAL E INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL, 231
 - 9.1. O Direito como sistema de normas, 232
 - 9.2. Mecanicismo e a reação realista, 234
 - 9.3. A discricionariedade como parte do Direito, 238
 - 9.4. A conciliação de Hart, 240
 - 9.5. A Constituição na penumbra, 243
 - 9.6. O Direito como sistema de regras, princípios e políticas em Dworkin, 249

 - 10. REDESCOBRINDO A CONSTITUIÇÃO, 257
 - 10.1. Justiça e Constituição, 257
 - 10.2. Exigências da democracia à Constituição, 270

 - 11. A CONSTITUIÇÃO E SUA RESERVA DE JUSTIÇA, 285
 - 11.1. O caminho percorrido, 285
 - 11.2. O fundamento da superconstitucionalidade, 288
 - 11.3. A argumentação constitucional e as cláusulas superconstitucionais, 299
- Bibliografia*, 321